

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Percepções sobre atitudes de preconceito e discriminação: evidências empíricas a partir do colégio Pedro II

Elaine Rodrigues Perdigão, Ângelo Hottz, Naira Muylaert

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15880>

Submetido em: 2026-04-18

Postado em: 2026-04-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Rodrigo Rosistolato (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4025-0632>)

ARTIGO

PERCEPÇÕES SOBRE ATITUDES DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DO COLÉGIO PEDRO II

ELAINE PERDIGÃO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6683-3695>

<elaineperdigao@puc-rio.br>

ÂNGELO HOTTZ²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9290-8144>

<hottz.angelo@gmail.com >

NAIRA MUylaERT³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5161-0501>

<naira@puc-rio.br>

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo investiga a percepção de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II sobre atitudes de preconceito e discriminação nas dimensões socioeconômica e territorial, étnico-racial, de deficiência, gênero, sexualidade, religião e bullying. O Colégio Pedro II constitui locus privilegiado para essa investigação em razão de sua trajetória de democratização do acesso, que produziu significativa heterogeneidade social no corpo discente. A pesquisa adota abordagem quantitativa, com aplicação de questionário estruturado a uma amostra não probabilística de 209 estudantes matriculados em dois campi da instituição. Os indicadores de intolerância foram construídos com base em escalas Likert e de Bogardus, validados por análise de consistência interna, KMO, teste de esfericidade de Bartlett e Análise de Componentes Principais, e padronizados em escala de 0 a 10. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes apresenta níveis baixos de intolerância declarada. Estudantes do gênero masculino concentram percentuais discretamente mais elevados nas classes superiores do indicador, com maior dispersão interna das atitudes, embora essa diferença seja praticamente inexistente no bloco relativo à deficiência. Os resultados revelam ainda uma hierarquização interna das formas de discriminação: enquanto estereótipos de gênero são amplamente rejeitados no plano declaratório, as atitudes relacionadas à homossexualidade mostram-se mais resistentes e sistematicamente articuladas com outros marcadores sociais, sobretudo entre os estudantes do gênero masculino.

Palavras-chave: preconceito, discriminação, atitudes, valores, Colégio Pedro II.

PERCEPTIONS OF PREJUDICE AND DISCRIMINATORY ATTITUDES: EMPIRICAL EVIDENCE FROM COLÉGIO PEDRO II

ABSTRACT: This article investigates sixth-grade students' perceptions at Colégio Pedro II of prejudiced and discriminatory attitudes across seven dimensions: socioeconomic and territorial, ethnic-racial, disability, gender, sexuality, religion, and bullying. Colégio Pedro II provides a privileged setting for this investigation given its trajectory of expanding access, which has produced significant social heterogeneity in its student body. The study adopts a quantitative approach, applying a structured questionnaire to a non-probabilistic sample of 209 students enrolled at two campuses of the institution. Intolerance indicators were constructed using Likert and Bogardus scales, validated through internal consistency analysis, KMO, Bartlett's sphericity test and Principal Component Analysis, and standardized on a 0-to-10 scale. Results show that the majority of students display low levels of declared intolerance. Male students concentrate slightly higher percentages in the upper classes of the indicator, with greater internal dispersion of attitudes, although this difference is practically nonexistent in the block related to disability. The results further reveal an internal hierarchy of discriminatory forms: while gender stereotypes are broadly rejected at the declaratory level, attitudes toward homosexuality prove more resistant and are systematically articulated with other social markers, particularly among male students.

Keywords: prejudice, discrimination, attitudes, values, Colégio Pedro II.

PERCEPCIONES SOBRE ACTITUDES DE PREJUICIO Y DISCRIMINACIÓN: EVIDENCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DEL COLÉGIO PEDRO II

RESUMEN: Este artículo investiga la percepción de estudiantes de 6º año de Educación Primaria del Colégio Pedro II sobre actitudes de prejuicio y discriminación en las dimensiones socioeconómica y territorial, étnico-racial, discapacidad, género, sexualidad, religión y bullying. El Colégio Pedro II constituye un locus privilegiado para esta investigación, dada su trayectoria de democratización del acceso, que ha producido una significativa heterogeneidad social en su cuerpo estudiantil. La investigación adopta un enfoque cuantitativo, con aplicación de un cuestionario estructurado a una muestra no probabilística de 209 estudiantes matriculados en dos campus de la institución. Los indicadores de intolerancia fueron construidos a partir de escalas Likert y de Bogardus, validados mediante análisis de consistencia interna, KMO, prueba de esfericidad de Bartlett y Análisis de Componentes Principales, y estandarizados en una escala de 0 a 10. Los resultados indican que la mayoría de los estudiantes presenta niveles bajos de intolerancia declarada. Los estudiantes de género masculino concentran porcentajes discretamente más elevados en las clases superiores del indicador, con mayor dispersión interna de las actitudes, aunque esta diferencia es prácticamente inexistente en el bloque relativo a la discapacidad. Los resultados revelan además una jerarquización interna de las formas de discriminación: mientras que los estereotipos de género son ampliamente rechazados en el plano declaratorio, las actitudes relacionadas

con la homosexualidad se muestran más resistentes y sistemáticamente articuladas con otros marcadores sociales, especialmente entre los estudiantes de género masculino.

Palabras clave: prejuicio, discriminación, actitudes, valores, Colegio Pedro II.

INTRODUÇÃO

No interior do debate sobre desigualdades educacionais, os efeitos da discriminação têm lançado um novo prisma, ampliando as possibilidades de análise acerca dos processos extra e intraescolares (Moravia; Muylaert, 2025). A partir dessa premissa, este artigo foi concebido. Isso porque os efeitos discriminatórios no espaço escolar somam-se aos indicadores tradicionalmente mobilizados no campo da sociologia da educação, como nível socioeconômico e desempenho escolar, e evidenciam a necessidade de uma abordagem multidimensional capaz de apreender os mecanismos que engendram e sustentam desigualdades no campo educacional (Paes de Carvalho et al., 2025). Ao deslocar o foco exclusivo das condições estruturais de origem, a análise da discriminação possibilita incorporar dimensões relacionais e simbólicas que atravessam as experiências escolares e incidem em alguma medida sobre as trajetórias educacionais.

Essa perspectiva nos convida a revisitar as teorias reprodutivistas da educação (Bourdieu; Passeron, 2014), não para desconsiderá-las, mas para complexificá-las. Se a reprodução das desigualdades foi amplamente explicada pela relação entre origem social e desempenho escolar, as formas de discriminação e preconceito que se manifestam no cotidiano das instituições produzem dinâmicas internas que não se deixam reduzir exclusivamente às condições socioeconômicas dos estudantes. Ao afetarem expectativas, classificações, dificultando assim processos de reconhecimento cultural, tais mecanismos contribuem para a constituição de desigualdades que se estruturam no interior da própria escola. Fato é que, em alusão ao modelo de reconhecimento cultural proposto por Fraser (2006), reconhecemos a necessidade de pensar os processos de organização escolar, currículos e práticas pedagógicas, em face das demandas de grupos sociais por identidade e afirmação cultural.

Os efeitos da discriminação, por seu turno, podem ser analisados à luz dos diferentes marcadores sociais, como gênero, cor/raça, classe, deficiência e religião, entre outros, que organizam as interações no espaço escolar (Ribeiro; Ceneviva; Brito, 2015; Alves, 2020). A compreensão das desigualdades educacionais, especialmente em um contexto marcado por fortes assimetrias sociais, não pode restringir-se à dimensão distributiva de bens e recursos. Implica considerar também a dimensão normativa que estrutura expectativas, representações e papéis sociais. Investigar desigualdades requer examinar simultaneamente as formas de acesso às instituições de ensino, as dinâmicas de permanência e os sistemas de valores e atitudes que orientam práticas e julgamentos no espaço escolar.

Nesse tocante, torna-se relevante refletir sobre o papel das políticas e práticas escolares na mitigação desses processos. As políticas de ação afirmativa implementadas mais recentemente no Brasil configuram expressão concreta dessa articulação entre redistribuição e reconhecimento, sobretudo no âmbito de políticas e programas voltados à diversidade e à inclusão (Bonamino et al., 2019). Ao ampliarem o acesso de grupos historicamente desfavorecidos, essas políticas alteram a composição social do corpo

discente e tensionam padrões consolidados de privilégio, criando condições para que estudantes de diferentes origens compartilhem cotidianamente o mesmo espaço institucional. Nesse contexto, investigar como os estudantes percebem situações de preconceito e discriminação torna-se especialmente relevante, uma vez que tais percepções expressam o modo pelo qual normas, valores e hierarquias simbólicas são internalizados e negociados no interior da escola.

À luz da perspectiva interseccional, gênero, raça e classe operam de maneira imbricada na produção dessas desigualdades, produzindo efeitos igualmente discriminatórios (Alves, 2020). Considera-se a relevância de uma ampla literatura que aborda a questão racial e seus impactos na mobilidade social, bem como as políticas voltadas à reversão de um quadro histórico de desigualdades acumuladas (Alves et al., 2007; Carvalhaes et al., 2012; Lima; Prates, 2015). Paralelamente, a pauta de gênero tem conferido novos contornos ao debate científico, evidenciando nuances nas relações e dinâmicas sociais, sobretudo em razão de sua centralidade nos processos de socialização infantil e na conformação de comportamentos.

Cumprir acrescentar que, quanto às atitudes relacionadas aos papéis de gênero, em uma abordagem sociológica, longe de constituírem categorias naturais, organizam expectativas comportamentais e distribuem recursos simbólicos de forma desigual, influenciando, inclusive, trajetórias educacionais desde a infância (Lindsay, 2014). A socialização familiar e escolar participa ativamente da consolidação dessas disposições, seja por meio da divisão desigual de tarefas domésticas, seja pela internalização de normas disciplinares diferenciadas (Carvalho; Senkevics; Loges, 2014). Desse modo, atitudes relacionadas a gênero e sexualidade devem ser compreendidas como expressões situadas de disposições socialmente produzidas.

A formação dessas disposições ocorre em um contexto no qual as discussões sobre gênero e sexualidade na educação básica permanecem atravessadas por ambiguidades e resistências. Embora a produção acadêmica tenha se expandido (Silva; Silva; Finco, 2020), sua institucionalização no cotidiano escolar ainda é marcada por tensões (Lima; Maia; Sousa, 2021). As disputas em torno da presença do tema nos documentos curriculares, como evidenciado na transição entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018; Garbarino, 2021), revelam que a própria definição do que deve ser reconhecido como legítimo objeto de ensino constitui campo de conflito normativo.

É nesse quadro que se insere a presente pesquisa, ao analisar a percepção de atitudes discriminatórias dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II, instituição que, nos últimos anos, ampliou de forma significativa suas políticas de ação afirmativa e inclusão (Muylaert; Bonamino, 2023). A questão central que orienta o estudo consiste em examinar a percepção de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental sobre preconceito e discriminação nas seguintes dimensões: Socioeconômica e territorial; Étnico-racial; Deficiência; Gênero; Sexualidade; Religião e Bullying. A escolha por esta etapa escolar deve-se ao fato de que há três formas de ingresso nos anos finais do Ensino Fundamental: 1) processo de seleção ampla concorrência; 2) processo de seleção com reserva de vagas¹; 3) egressos do Pedrinho (estudantes que entram no Colégio por meio de sorteio, nos anos iniciais do Ensino Fundamental). Essas três formas de acesso acabam por promover uma maior heterogeneidade

¹No último edital, o Colégio aplicou reserva de vagas a quatro perfis sociais: Escola Pública (EP); Pretos, Pardos e Indígenas (PPI); Pessoa com Deficiência (PcD); e Cota Social (CS).

social, colocando para a escola desafio de enfrentamento ao preconceito e às ações discriminatórias, nas suas mais variadas dimensões.

Investigar a percepção dos estudantes sobre preconceito e discriminação nas dimensões acima mencionadas é relevante, pois diariamente é noticiado nas mídias e redes sociais casos de violência na escola, além de vários registros e denúncias no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Núcleo de Inteligência e Segurança Escolar da SEEDUC-RJ.

Em particular, casos ocorridos no Colégio Pedro II também são publicizados na mídia. A repercussão de episódios envolvendo violência contra uma jovem e relatos de racismo na instituição evidencia que o contexto escolar permanece atravessado por tensões e conflitos². Tais ocorrências reforçam a pertinência de investigar a percepção dos estudantes sobre as situações de preconceito e discriminação, sobretudo as relacionadas à dimensão Gênero e Sexualidade.

ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS NA ESCOLA

A análise das atitudes discriminatórias no contexto escolar exige delimitação conceitual precisa entre valores e atitudes, especialmente quando se busca compreender como disposições normativas se articulam às dinâmicas institucionais e estruturam práticas concretas de interação. Do ponto de vista teórico, a discussão requer dirimir a confusão conceitual frequentemente associada ao termo "valores", cuja utilização difusa pode obscurecer distinções analíticas fundamentais.

Conforme argumenta Halman (2010), os valores não são diretamente observáveis ou mensuráveis, podendo apenas ser inferidos ou postulados a partir de manifestações empíricas. Kluckhohn (1951) já chamava atenção para a necessidade de distinguir valores de conceitos intimamente relacionados, como atitudes, crenças e opiniões, evitando que tais categorias sejam empregadas de maneira intercambiável.

As atitudes, nesse sentido, referem-se a objetos e comportamentos mais específicos, constituindo orientações avaliativas dirigidas a situações concretas, enquanto os valores possuem caráter mais geral, duradouro e transcendental. Se as atitudes dizem respeito ao julgamento sobre algo determinado, por exemplo, a aceitação ou rejeição de determinados papéis de gênero, os valores operam como princípios orientadores mais amplos, que conferem coerência e continuidade a esses julgamentos ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de níveis distintos de abstração: as atitudes expressam disposições situadas, ao passo que os valores organizam sistemas normativos mais abrangentes.

Religiões, instituições e contextos nacionais desempenham papéis relevantes na conformação de valores e atitudes, embora nenhuma explicação isolada seja suficiente para compreender tais processos. As instituições podem moldar comportamentos e valores ao estabelecer regras, sanções e incentivos, mas também oferecem quadros interpretativos e pistas normativas que orientam escolhas individuais e coletivas. Evidências empíricas indicam, por exemplo, que o grau de participação das mulheres no mercado de trabalho influencia atitudes em relação aos papéis de gênero (Picanço et al., 2024), sugerindo

²Sobre os episódios, ver: FOLHA DE S. PAULO. *Alunos de colégio tradicional no Rio são suspensos após denúncia de racismo*. São Paulo, dez. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/12/alunos-de-colegio-tradicional-no-rio-sao-suspensos-apos-denuncia-de-racismo.shtml>>. Acesso em: 3 mar. 2026; CNN BRASIL. *Colégio Pedro II, onde estudam suspeitos de estupro, é tradicional no RJ*. 2026. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/colegio-pedro-ii-onde-estudam-suspeitos-de-estupro-e-tradicional-no-rj/>>. Acesso em: 3 mar. 2026.

que transformações estruturais se articulam a mudanças nas disposições normativas. Desse modo, valores e atitudes não se constituem apenas no plano individual, mas emergem de processos históricos e institucionais que configuram oportunidades, expectativas e padrões de reconhecimento.

Dito isso, os valores são entendidos como padrões ou critérios sociais que orientam a seleção entre formas alternativas de ação, influenciando coletividades e sistemas sociais (Halman, 2010). Eles constituem motivações profundamente enraizadas, que canalizam atitudes, opiniões, convicções e desejos. Aderir a um valor implica uma disposição relativamente estável para agir de determinada maneira, mesmo diante de contextos variados. A retomada do interesse pelos valores como fatores culturais e motivacionais decorre, em parte, das limitações dos modelos estritamente racionalistas para explicar o comportamento humano, os quais tendem a privilegiar cálculos instrumentais e a subestimar a dimensão normativa e simbólica das ações sociais.

Estudos comparativos, como o de Lomazzi e Seddig (2020), reforçam que observar e medir valores humanos diretamente é metodologicamente desafiador, tornando necessário recorrer a estratégias como aproximações empíricas. Embora atitudes e valores estejam estreitamente relacionados, os valores possuem maior centralidade e estabilidade, sustentando sistemas de crenças mais amplos e fornecendo o pano de fundo normativo a partir do qual avaliações específicas são formuladas. Assim, estudar atitudes em relação aos papéis de gênero, por exemplo, significa lidar com uma questão complexa, enraizada em valores transmitidos e reforçados por meio de processos de socialização primária e secundária.

Nesse contexto, a escola ocupa posição estratégica, pois atua simultaneamente como espaço de reprodução e de possível transformação de disposições normativas. Ademais, é preciso considerar que, nesta pesquisa, os participantes são jovens em torno de 11 anos, o que implica reconhecer essa etapa da vida como momento de construção e consolidação de atitudes ainda em formação, potencialmente moldáveis e adaptáveis. Se tal característica representa um desafio metodológico, na medida em que as disposições podem não apresentar estabilidade consolidada, por outro lado ela oferece oportunidade analítica singular: captar processos em curso de aprendizagem para o combate às diferentes formas de discriminação, bem como avaliar a influência do ambiente escolar na configuração dessas orientações normativas.

DO ELITISMO À DEMOCRATIZAÇÃO: O CASO DO COLÉGIO PEDRO II

O Colégio Pedro II constitui caso especialmente pertinente para investigar a percepção dos estudantes sobre situações de preconceito e discriminação no contexto escolar. Sua trajetória histórica, marcada pela tensão entre tradição seletiva e processos recentes de democratização do acesso, produziu uma configuração institucional singular, na qual estudantes de origens sociais, econômicas e culturais distintas compartilham o mesmo espaço de socialização. É precisamente essa heterogeneidade, construída institucionalmente ao longo das últimas décadas, que torna o colégio um locus privilegiado para examinar como normas, valores e hierarquias simbólicas são percebidos e negociados no cotidiano escolar.

Fundado em 1837, o colégio constituiu-se e consolidou-se como instituição de excelência vinculada à formação das elites intelectuais e administrativas do país. Conforme demonstra Nóbrega (2024), essa condição não se restringe a um marco histórico inaugural, mas constitui elemento estruturante da identidade institucional do colégio, incidindo sobre seus modos de organização, seus critérios de reconhecimento interno e as fronteiras simbólicas que definem pertencimento e distinção.

Ainda de acordo com a autora (2024), os mecanismos de ingresso historicamente adotados pelo Colégio Pedro II desempenharam papel central na manutenção de seu caráter seletivo. Embora, atualmente, o acesso ao primeiro segmento do Ensino Fundamental ocorra por meio de sorteio público, o ingresso no 6º ano e no Ensino Médio permanece condicionado a processo seletivo, o que preserva traços distintivos em relação à maior parte das escolas públicas brasileiras. A existência de concurso de seleção, aliada à elevada relação candidato/vaga, contribui para reforçar a percepção social de qualidade e prestígio da instituição. Tal dinâmica opera não apenas como filtro acadêmico, mas como mecanismo simbólico de diferenciação, sustentando representações socialmente compartilhadas acerca do status do colégio.

Contudo, nas últimas décadas a instituição passou por transformações significativas associadas à expansão territorial e à ampliação do acesso. A criação de novos campi, a adoção do sorteio público para os anos iniciais do Ensino Fundamental e a implementação, em 2005, da reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas no ingresso ao 6º ano configuram medidas que alteraram de maneira substantiva o perfil socioeconômico do corpo discente. Paralelamente, a consolidação de políticas de assistência estudantil, entre elas o Auxílio Financeiro de Apoio ao Estudante (AFAE), reforçou o compromisso institucional com a permanência e a equidade, reduzindo barreiras materiais à trajetória escolar. Essas ações, além de outras, foram favorecidas pela equiparação do Colégio aos Institutos Federais conforme estabelecido na Lei nº 12.677 (Brasil, 2012).

Essas mudanças produziram efeitos relevantes sobre a composição interna da escola, ampliando a heterogeneidade social, econômica e cultural entre os estudantes. Do ponto de vista sociológico, essa reconfiguração implica a constituição do espaço escolar como arena de interação entre trajetórias distintas, portadoras de capitais desigualmente distribuídos. Tal cenário confronta padrões normativos anteriormente mais homogêneos, deslocando referências implícitas de pertencimento e incidindo sobre as dinâmicas de reconhecimento, classificação e hierarquização que atravessam o cotidiano institucional.

Nessa direção, o Colégio Pedro II passa a combinar, de maneira singular, elementos de seletividade acadêmica e políticas de democratização do acesso. Essa combinação produz um arranjo institucional híbrido, no qual excelência e inclusão coexistem sob permanente negociação. Ao congregarem estudantes de origens sociais diversas em um ambiente marcado por forte identidade histórica e elevado capital simbólico, o colégio oferece condições específicas para observar como disposições normativas são reafirmadas, negociadas ou tensionadas no interior da própria escola.

METODOLOGIA

A pesquisa adota métodos mistos de coleta de dados, ao aplicar um questionário aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e realizar observações das unidades escolares e entrevistas com professores e equipe de gestão. Visando alcançar o objetivo proposto, que é o de analisar a percepção de atitudes discriminatórias dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II, este estudo analisa os dados coletados no questionário aplicado a uma amostra não probabilística de 209 estudantes, representando 50,4% da população que estava matriculada nos campi Humaitá II e São Cristóvão II. O caráter não probabilístico da amostra é caracterizado por um viés de seleção de famílias que, de forma voluntária, consentiram a participação dos filhos e filhas na pesquisa.

O questionário está referenciado no trabalho *Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar* desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), vinculada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), em colaboração com o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Realizada em 2008, a pesquisa FIPE teve como objetivo principal analisar a percepção de preconceito e discriminação de estudantes da penúltima etapa do ensino fundamental regular (7ª ou 8ª) e da última etapa (3ª ou 4ª) do ensino médio, além de professores, diretores escolares, profissionais de educação que atuam nas escolas, e de pais, mães e responsáveis pelos estudantes das referidas etapas escolares (Mazzon, 2009).

A fim de garantir o rigor metodológico e ciente de que o tema é sensível e pode provocar vieses nas respostas, procedeu-se, primeiramente, a uma validação de face, onde especialistas foram convidados a analisar o instrumento para avaliar se os itens estavam medindo o que efetivamente se pretendia. No total, sete especialistas³ contribuíram para a validação do instrumento.

Após a validação, o instrumento foi pré-testado em três escolas privadas com perfil socioeconômico discente semelhante ao perfil dos estudantes do CPII. Os resultados passaram pela análise de um especialista para a verificação do ajuste dos dados aos constructos em relação à confiabilidade, consistência interna, validade convergente e validade discriminante. A análise especializada constatou que os coeficientes se mostraram positivos e significantes, confirmando o domínio conceitual dos construtos. Assim, inspirado na pesquisa FIPE, o instrumento foi estruturado em blocos temáticos destinados a captar atitudes discriminatórias relativas a diferentes marcadores sociais (pobreza, deficiência, gênero, homossexualidade, religião e cor da pele), bem como a experimentação de situações de humilhação, violência física e perseguição no ambiente escolar. Foram utilizadas escalas Likert e de Bogardus, com posterior recodificação dos itens.

Os escores observados para cada item permitiram atribuir ao estudante um indicador de intolerância relacionado à temática de cada bloco. Para a validação dos indicadores, empregaram-se técnicas estatísticas multivariadas, incluindo análise de consistência interna (Alfa de Cronbach), medida de adequação amostral (KMO), teste de esfericidade de Bartlett e Análise de Componentes Principais (ACP). Os indicadores finais, representados pela média aritmética dos escores, foram padronizados em escala de 0 a 10, permitindo comparações entre blocos temáticos.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada por um Comitê de Ética, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de número 81168424.0.0000.9047, em conformidade com as normas vigentes para estudos que envolvem seres humanos. Em razão do perfil dos participantes, constituído exclusivamente por estudantes menores de idade, foram elaborados dois documentos específicos para formalizar a adesão ao estudo: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), endereçado aos pais ou responsáveis legais, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), voltado aos próprios alunos, redigido em linguagem clara e compatível com sua faixa etária. A inclusão na pesquisa ficou condicionada à assinatura de ambos os termos, garantindo que todos os envolvidos, responsáveis e estudantes, receberam informações completas acerca dos propósitos do estudo, do caráter voluntário da participação, da preservação do sigilo e do anonimato, além do direito de revogar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer consequência ou prejuízo para os participantes.

³Os sete especialistas analisaram itens de sete dimensões diferentes: (1) Territorial/socioeconômica; (2) Deficiência; (3) Sexo; (4) Orientação sexual; (5) Orientação religiosa; (6) Étnico-racial; (7) Práticas de ações discriminatórias (bullying) nas escolas. Cada especialista analisou itens referentes a uma dimensão.

RESULTADOS

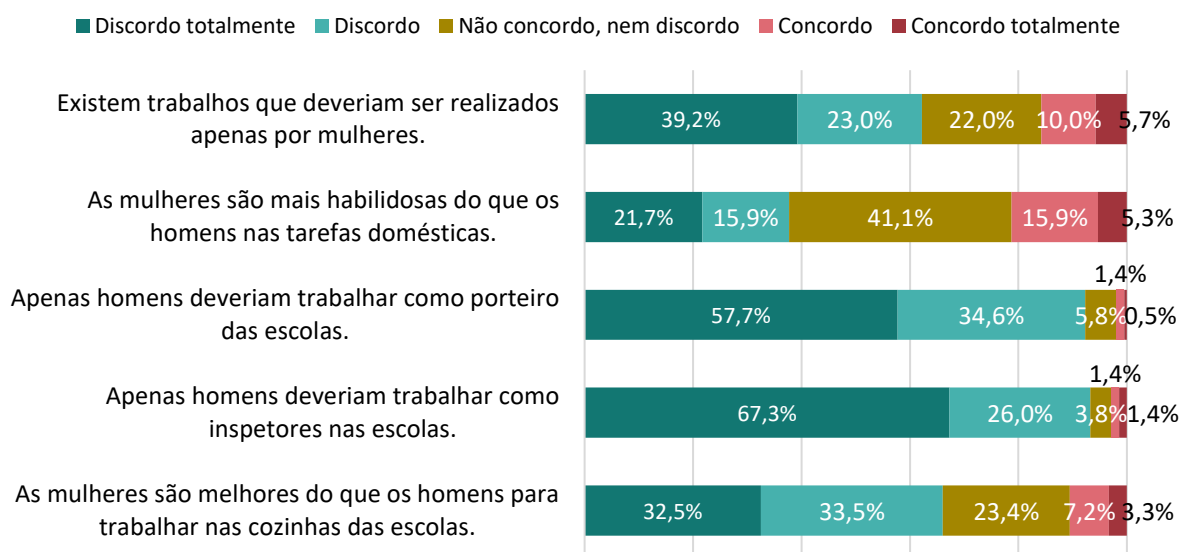
Com o objetivo de mapear a percepção dos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental sobre preconceito e discriminação nas dimensões socioeconômica e territorial, étnico-racial, deficiência, gênero, sexualidade, religião e bullying, procedeu-se a análises descritivas e à construção de indicadores de intolerância para cada bloco temático. Os resultados empíricos são apresentados com base nesses indicadores e incorporam a interpretação de gráficos de frequência, medidas de consistência interna e análises de correlação entre os indicadores. Essa estrutura analítica permite não apenas descrever os padrões de percepção observados, mas também examinar em que medida as atitudes discriminatórias se articulam entre si e variam conforme o marcador social e o gênero dos estudantes, sustentando analiticamente os argumentos desenvolvidos ao longo do artigo.

Percepção sobre papéis de gênero

O bloco do questionário destinado às percepções sobre gênero foi composto por cinco itens voltados à identificação de estereótipos associados ao trabalho doméstico e a funções exercidas no espaço escolar, como as proposições "As mulheres são mais habilidosas do que os homens nas tarefas domésticas" e "Apenas homens deveriam trabalhar como inspetores nas escolas". Esses itens buscavam captar expectativas normativas relativas aos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres.

A frequência de respostas, Gráfico 1, indica predominância de discordância em relação às proposições mais explicitamente excludentes, sugerindo níveis relativamente baixos de intolerância aberta. Ainda assim, observa-se concentração relevante de respostas nas categorias intermediárias da escala Likert, especialmente nos itens relacionados à divisão sexual do trabalho, o que sinaliza a persistência de representações naturalizadas sobre gênero.

Gráfico 1 – frequência de estudantes por resposta aos itens do bloco Gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

Do ponto de vista estatístico, a matriz de correlação entre os itens do bloco revelou associações consistentes, e o indicador apresentou Alfa de Cronbach de 0,71, valor considerado satisfatório para pesquisas em ciências sociais. As cargas fatoriais do primeiro componente principal variaram entre 0,50 e 0,73, confirmando a existência de uma dimensão latente comum associada às atitudes de gênero.

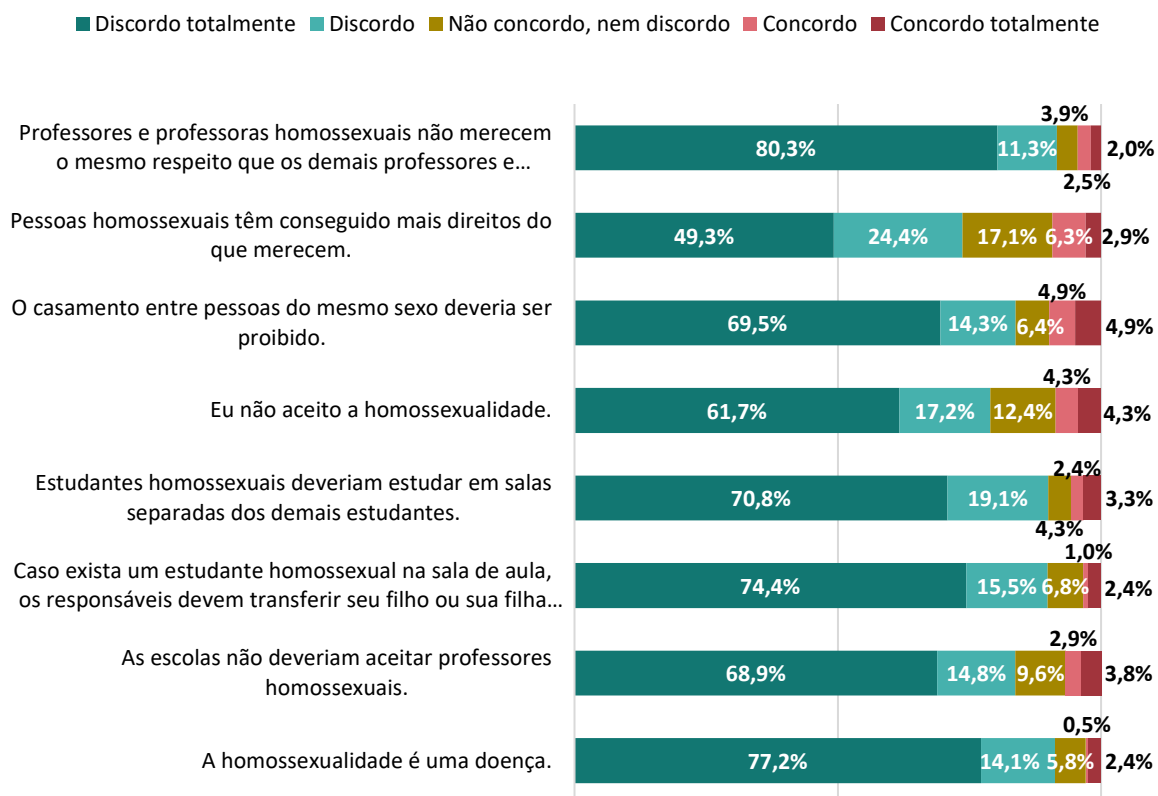
Esses resultados corroboram a literatura que aponta a escola como espaço de reprodução de estereótipos de gênero de forma sutil e normativamente aceita, mesmo quando há rejeição explícita a formas mais diretas de discriminação.

Percepção sobre homossexualidade e sexualidade

O bloco dedicado às atitudes em relação à homossexualidade apresentou os resultados mais consistentes e expressivos de toda a pesquisa. Os itens incluíam afirmações como "A homossexualidade é uma doença", "Estudantes homossexuais deveriam estudar em salas separadas" e "Professores homossexuais não merecem o mesmo respeito que os demais", além de uma escala de Bogardus referente ao grau de aceitação social.

A frequência de respostas apresentada no Gráfico 2 revela que, embora a maioria dos estudantes discorde das afirmações mais extremas, há proporções não desprezíveis de concordância parcial ou total, sobretudo nos itens relacionados à restrição de direitos e à segregação simbólica. Esse padrão contrasta em boa medida com os resultados observados no bloco de gênero.

Gráfico 2 – Frequência de estudantes por resposta aos itens do bloco homossexualidade



Fonte: Dados da pesquisa.

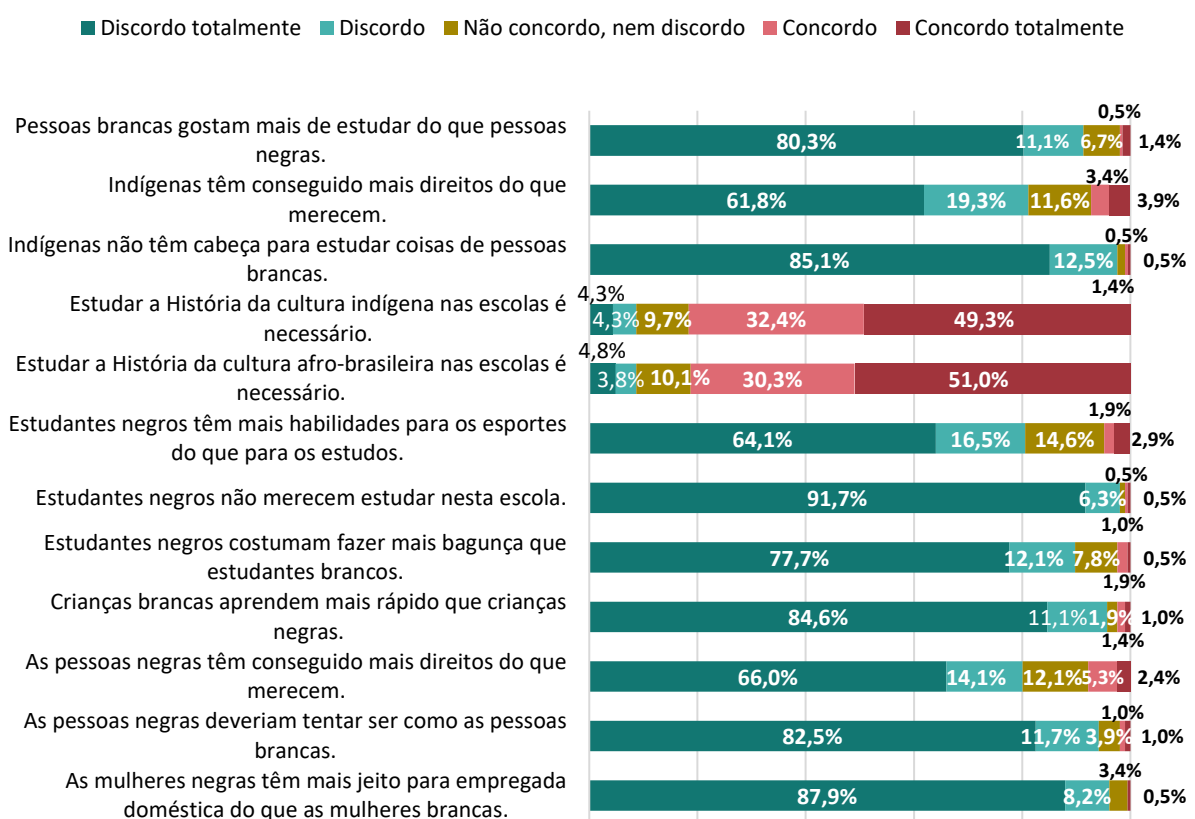
A robustez do indicador é evidenciada pelo Alfa de Cronbach de 0,91 e por cargas fatoriais elevadas no primeiro componente principal, superiores a 0,80 em diversos itens. Tais resultados indicam que as atitudes relativas à homossexualidade constituem um sistema altamente estruturado de disposições normativas.

Empiricamente, esse achado sustenta a interpretação de que a sexualidade, mais do que o gênero em sentido estrito, opera como um dos principais eixos de hierarquização moral no espaço escolar, reforçando argumentos presentes na literatura sobre os limites da mediação escolar nesse campo.

Articulações com raça, classe e experiências de discriminação

Os resultados dos Blocos 1 (pessoas pobres) e 6 (cor da pele) ajudam a contextualizar as atitudes de gênero em uma perspectiva interseccional. No Bloco 1, itens como *"Estudantes pobres são mais indisciplinados"* e *"Escolas de bairros pobres não precisam ser bem equipadas"* apresentaram associações consistentes, com Alfa de Cronbach de 0,70. De modo semelhante, o Bloco 6 incluiu proposições como: *"Crianças brancas aprendem mais rápido que crianças negras"* e *"Estudantes negros não merecem estudar nesta escola"*. O Gráfico 3 evidencia a rejeição majoritária a essas afirmações, mas também revela percentuais relevantes de neutralidade e concordância parcial. O indicador apresentou Alfa de Cronbach de 0,84, com forte correlação entre o indicador médio e o componente principal.

Gráfico 3 – Frequência de estudantes por resposta aos itens do bloco cor de pele



Fonte: Dados da pesquisa.

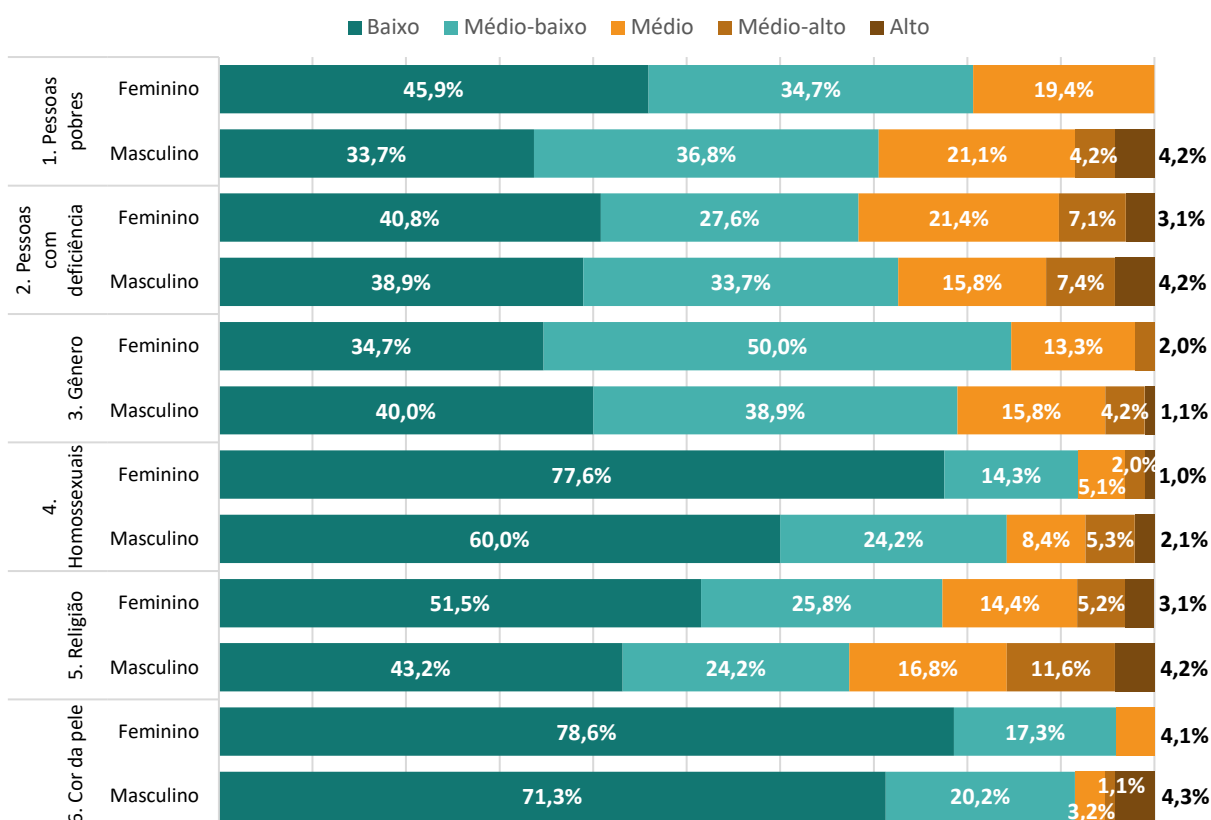
Por fim, os demais blocos voltados à experimentação de humilhação, violência física e perseguição, mostram que a maioria dos estudantes declarou ter visto ou sabido de situações discriminatórias envolvendo mulheres (61,2%), estudantes negros (66,3%), homossexuais (56,5%) ou moradores de bairros pobres (39,7%), ainda que uma parcela menor relate ter sido vítima direta (19,6%). Os gráficos de frequência desses blocos indicam que a discriminação é um fenômeno visível e reconhecido no cotidiano escolar.

A convergência entre atitudes discriminatórias e relatos de experimentação reforça a hipótese de que o espaço escolar atua como ambiente de socialização de valores e normas, onde preconceitos podem ser simultaneamente contestados e reproduzidos.

Correlação entre os indicadores

A normalização dos indicadores de intolerância em uma escala de 0 a 10 possibilitou a definição de cinco classes, são elas: baixo (abaixo de 2 pontos), médio-baixo (2 a 4 pontos), médio (4 a 6 pontos), médio-alto (6 a 8 pontos) e alto (8 pontos ou mais). No Gráfico 4 é possível observar a frequência relativa de estudantes em cada uma das classes para cada um dos blocos temáticos, fazendo-se distinção entre os gêneros masculino e feminino.

Gráfico 4 – frequência relativa de estudantes em cada uma das classes do indicador de intolerância para cada um dos blocos temáticos, com distinção entre os gêneros masculino e feminino



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico evidencia uma frequência baixa de estudantes nas classes mais elevadas do indicador. No entanto, para aqueles que se identificam pertencentes ao gênero masculino, a representatividade nas classes médio-alto e alto se acentua. No geral, a amostra é representada, massivamente, por estudantes tolerantes, embora haja blocos em que o indicador médio — representado na cor laranja — tenha frequência relativa mais expressiva para ambos os gêneros (acima de 15% estendendo-se até um pouco mais de 20%). É o caso dos blocos 1 e 2.

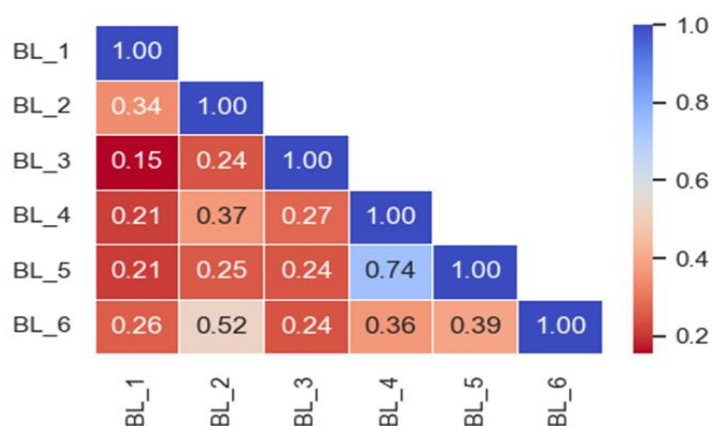
Quanto às variações nas orientações de atitudes de discriminação e preconceito entre os estudantes dos gêneros feminino e masculino, a análise da frequência relativa de estudantes em cada classe do indicador demonstra, mesmo que de forma discreta, uma diferença positiva nos percentuais de estudantes do gênero masculino nas classes mais altas. Contudo, no bloco temático reservado à discriminação de deficientes (bloco 2), essa diferença foi ínfima, menos de meio por cento, demonstrando uma aderência nas atitudes entre os dois gêneros.

As frações apresentadas no Gráfico 4 sugerem variações nos percentuais que dão ao gênero masculino maior representatividade de indivíduos com alto grau de atitudes discriminatórias, conforme evidenciado pelas regiões quentes do gráfico; todavia, atribuir aos estudantes do gênero masculino, de um modo geral, maior grau de intolerância requer certo cuidado, pois em ambos os grupos a representatividade de indicadores abaixo de 4 pontos apresenta proporções significativas.

Para identificar outras variações existentes nas atitudes de discriminação entre os gêneros, as matrizes de correlação mostradas nas Figuras 1 e 2 revelam qual dos grupos apresenta maior variância comum compartilhada entre os indicadores de cada bloco temático, em outras palavras, em qual dos gêneros houve maior convergência linear dos indicadores de intolerância.

O coeficiente de correlação linear, r de Pearson⁴, foi a medida estatística utilizada para mensurar a força de correlação linear entre os pares de indicadores dos blocos temáticos da pesquisa.

Figura 1 – Matriz de correlação linear entre os indicadores dos estudantes que declararam pertencer ao gênero feminino



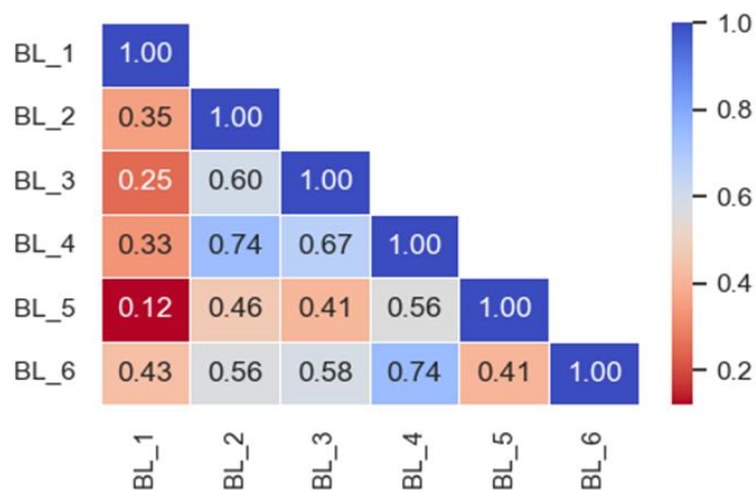
Nota: BL 1 – Pessoas pobres; BL 2 – Deficientes; BL 3 – Gênero; BL 4 – Homossexuais; BL 5 – Religião; BL 6 – Cor da pele.

Fonte: Dados da pesquisa.

⁴O r de Pearson, também conhecido como coeficiente de correlação linear, é uma medida da força e direção de uma relação linear entre duas variáveis. A amplitude do coeficiente de correlação é -1 para 1. Se x e y têm uma correlação linear positiva forte, r está próximo de 1. Se x e y têm uma correlação linear negativa forte, r está próximo de -1. Se não há correlação linear ou uma correlação linear fraca, r está próximo de zero. É importante lembrar que se r está próximo a 0, isso não significa que não há relação entre x e y , significa somente que não há relação linear (Larson, 2010, p. 398).

A matriz representada na Figura 1 revela coeficientes que demonstram correlações positivas fracas para a grande maioria dos pares de indicadores. Com exceção das correlações entre os blocos 4 (homossexualidade) e 5 (religião) e entre os blocos 6 (cor/raça) e 2 (pessoa com deficiência), as demais ficaram abaixo de 0,40, demonstrando uma inexpressiva relação linear entre as variáveis. Ao direcionar a mesma perspectiva analítica ao grupo de estudantes do gênero masculino, as cores da matriz de correlação tomam um outro aspecto.

Figura 2 – Matriz de correlação linear entre os indicadores dos estudantes que declararam pertencer ao gênero masculino



Nota: BL 1 – Pessoas pobres; BL 2 – Deficientes; BL 3 – Gênero; BL 4 – Homossexuais; BL 5 – Religião; BL 6 – Cor da pele.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os coeficientes calculados para os indicadores do gênero masculino demonstram maior convergência linear entre as atitudes discriminatórias. Há casos em que a correlação alcançou r de Pearson igual a 0,74, demonstrando forte correspondência entre as atitudes traduzidas pelos indicadores. É o caso da intolerância direcionada à homossexualidade que se aliou fortemente à intolerância voltada a pessoas de cor preta e a pessoas com deficiência. Tal nível de correlação, de 0,74, foi observado também para o gênero feminino, ainda envolvendo à homossexualidade, contudo associando-se à intolerância religiosa.

Ainda no grupo do gênero masculino, outra correlação que demonstrou forte correspondência linear com a discriminação voltada à homossexualidade alia-se às atitudes discriminatórias envolvendo gênero, r de Pearson igual a 0,67. A homossexualidade demonstrou ser o marcador social que mais se relacionou a outras atitudes discriminatórias. No grupo representado pelas meninas observou-se, estritamente, forte correspondência entre discriminação aos homossexuais e a pessoas de outras religiões. Já no grupo dos meninos, essa correspondência se acentua e se estende: o aumento do compartilhamento das variâncias dos indicadores de intolerância demonstrou que os níveis de discriminações para com homossexuais se relacionam com discriminação voltada a cor da pele, gênero, pessoas com deficiência e religião.

O ato de intolerância, quando desempenhado pelo gênero masculino, indica maior força de correlação entre as dimensões alvo da pesquisa, fazendo com que esse grupo de estudantes demonstre

associação entre as atitudes discriminatórias, exercendo-a de maneira articulada entre os contextos sociais apresentados, com interação sincronizada e mensuradas pelas forças moderada ou forte da estatística de correlação linear. Comparado ao gênero feminino, o gênero masculino se destaca pela multicolinearidade dos indicadores de atitudes discriminatórias voltadas aos homossexuais, negros, mulheres, deficientes e religião.

A análise da frequência dos indicadores em classes de modo preliminar à análise da correlação entre os indicadores ajuda-nos a compreender que, embora para o gênero masculino haja uma maior correlação entre os níveis de intolerância, isso ocorre numa dimensão em que a maior parte dos indicadores estão em níveis mais baixos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitem tensionar empiricamente o debate sobre valores e atitudes desenvolvido ao longo do artigo, indicando que as disposições relativas ao preconceito e à discriminação não se organizam de maneira homogênea entre os estudantes analisados. Quanto às diferenças entre os gêneros, a análise da distribuição dos indicadores revela percentuais discretamente mais elevados de estudantes do gênero masculino nas classes médio-alto e alto. Em termos estatísticos, o grupo masculino apresenta variação percentual nas categorias mais altas dos escores de intolerância, indicando maior dispersão interna das atitudes quando comparado ao feminino. Embora essas diferenças sejam quantitativamente pequenas, e praticamente inexistentes no bloco relativo à discriminação de pessoas com deficiência, sua recorrência aponta para maior heterogeneidade nas orientações atitudinais dos meninos. Ainda assim, o resultado deve ser interpretado com cautela, uma vez que, em ambos os grupos, a maioria dos estudantes concentra-se em níveis inferiores a 4 pontos, o que afasta leituras generalizantes sobre maior intolerância masculina.

Trata-se de um aspecto sensível da pesquisa, que busca avançar na compreensão das nuances das atitudes e comportamentos associados ao gênero. A discussão torna-se especialmente relevante por incidir sobre um público infantojuvenil, etapa marcada pela construção identitária e ainda pouco explorada nos debates educacionais sobre gênero. Esse contraste sugere que determinadas dimensões da desigualdade simbólica são percebidas de maneira mais sensível do que outras no contexto escolar investigado. A incorporação de discursos igualitários no plano declaratório, especialmente no que tange ao gênero, pode refletir a circulação social mais ampla de princípios de igualdade, amplificada pelo ambiente institucional. A persistência de estruturas normativas mais coesas no campo da sexualidade, por sua vez, indica que nem todas as fronteiras morais são tensionadas com a mesma intensidade, e que determinadas hierarquias simbólicas resistem à mediação escolar de maneira mais acentuada.

No que diz respeito ao contexto institucional, os dados descrevem o perfil atitudinal de estudantes inseridos em uma escola marcada por significativa heterogeneidade social e por políticas ativas de inclusão. O predomínio de níveis baixos de intolerância declarada, especialmente diante de formas mais explícitas de discriminação, é compatível com a circulação de discursos igualitários no ambiente escolar. Contudo, a persistência de atitudes mais estruturadas no domínio da sexualidade e entre estudantes do gênero masculino indica que a mediação escolar, mesmo quando presente, encontra limites em processos de socialização mais amplos, que extrapolam o espaço institucional.

Em síntese, o estudo evidencia que atitudes relacionadas a gênero e sexualidade, mesmo em um contexto institucional comprometido com a democratização do acesso, continuam a expressar

hierarquias simbólicas diferenciadas. A análise das percepções dos alunos do 6º ano revela não apenas padrões de tolerância declarada, mas também os limites da mediação escolar na consolidação de valores igualitários. Ao focalizar estudantes em fase inicial da adolescência, momento em que disposições ainda se encontram em processo de formação, a pesquisa aponta para a centralidade da escola como espaço estratégico, ainda que não exclusivo, na promoção de uma cultura de respeito à diversidade e no enfrentamento das múltiplas formas de discriminação que atravessam o cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima; ORTIGÃO, Isabel; FRANCO, Creso. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 161-180, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100008>.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. *Lua Nova*, n. 110, p. 189-214, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-189214/110>.

BONAMINO, Alicia; PAES DE CARVALHO, Cynthia; RIBEIRO, Vera Maria; OLIVEIRA, Bruna. Apresentação - Dossiê: Implementação de políticas educacionais: debates teóricos e problematizações. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [S. l.], v. 4, p. 1-3, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14676>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112677.htm>. Acesso em: 17 mar. 2026.

CARVALHAES, Flávio; FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. O impacto da Lei de Cotas nos estados: um estudo preliminar. *Texto para Discussão GEMAA*, n. 1, p. 1-17, 2012.

CARVALHO, Marília Pinto de; SENKEVICS, Adriano Souza; LOGES, Thuane Alves. O sucesso escolar de meninas de camadas populares: qual o papel da socialização familiar? *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 3, p. 717-734, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014005000007>.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>.

GARBARINO, Mariana Inés. O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância. *Cadernos Pagu*, n. 63, e210015, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630015>.

HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALMAN, Loek C. J. M. Values. In: ANHEIER, Helmut; TOEPLER, Stefan (org.). *International encyclopedia of civil society*. New York: Springer, 2010.

KLUCKHOHN, Clyde. Values and value-orientations in the theory of action. In: PARSONS, Talcott; SHILS, Edward (org.). *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

LARSON, Ron. *Estatística aplicada*. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LIMA, Renata Rodrigues de; MAIA, Maria Mônica Melo; SOUSA, Sônia Maria Nunes de. Dizeres e práticas docentes: as discussões de gênero em uma escola pública estadual. *Cadernos Pagu*, n. 63, e210018, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630018>.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 163-189.

LINDSEY, Linda. *Gender roles: a sociological perspective*. 6. ed. New York: Routledge, 2014.

LOMAZZI, Vera; SEDDIG, Daniel. Gender role attitudes in the International Social Survey Programme: cross-national comparability and relationships to cultural values. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 61, n. 6, p. 366-385, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1069397120915454>.

MAZZON, José Afonso (coord.). *Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, organizadas de Acordo com Áreas Temáticas, a saber: étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. Relatório Analítico Final*. São Paulo: FIPE-USP/INEP, 2009.

MORAVIA, Wanderson; MUYLAERT, Naira. Discriminação no contexto escolar brasileiro: panorama das pesquisas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 55, e11288, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531411288>.

MUYLAERT, Naira; BONAMINO, Alicia. Reserva de vagas no Colégio Pedro II: da educação básica à pós-graduação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 415-440, 2023. Disponível em: <<https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/21608>>. Acesso em: 17 mar. 2026.

NÓBREGA, Nívia Xavier Correia. *A escolha da escola: as estratégias familiares para acesso e permanência nas instituições escolares públicas de excelência — Colégio Pedro II*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) — Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66820/66820.PDF>>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PAES DE CARVALHO, Cynthia; BONAMINO, Alicia; MUYLAERT, Naira; TEIXEIRA, Pedro; CARRASQUEIRA, Karina. Discriminação e desigualdade na pesquisa educacional no Brasil desde 1950. *Educação On-Line*, v. 20, n. 48, e25204803ST, 2025. DOI: <https://doi.org/10.36556/eol.v20i48.1984>.

PICANÇO, Felícia *et al.* Sempre elas? Valores e divisão do trabalho doméstico em perspectiva comparada. *Cadernos de Pesquisa*, v. 54, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531410796>.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 79-108.

SILVA, Peterson; SILVA, Tassio; FINCO, Daniela. Relações de gênero, educação da pequena infância e mudanças políticas no Brasil: contribuições para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, n. 58, e200015, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202000580015>.

Submetido: 10/04/2026

Preprint: XX/XX/20XX

Aprovado: XX/XX/20XX

Editor de seção:

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados desta pesquisa estão contidos no próprio manuscrito. As informações foram coletadas por meio de questionário aplicado a estudantes do 6º ano do Colégio Pedro II e apresentadas de forma agregada ao longo do texto, em conformidade com os compromissos éticos assumidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), endereçado aos pais ou responsáveis legais, e no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), voltado aos próprios estudantes, que garantiam a preservação do sigilo e do anonimato dos participantes.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autor 1: Conceptualization; Writing – Original Draft; Validation; Writing – Review & Editing.

Autor 2: Formal Analysis; Methodology.

Autor 3: Investigation; Validation; Writing – Review & Editing.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.